

INTERSECCIONALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS À OPRESSÃO DE GÊNERO, DE RAÇA E DE CLASSE

Intersectionality: A Study of Black Women's Resistance to Gender, Race and Class Oppression

DOI: 10.14393/LL63-v36n1-2020-14

Eunice Léa de Moraes¹

RESUMO: O objetivo deste ensaio é destacar, nas bases epistemológicas do pensamento feminista negro, a resistência das mulheres negras às opressões vivenciadas, com base na seguinte problematização: como a formação da consciência crítica de classe, a identidade de gênero e o pertencimento étnico-racial têm constituído a resistência das mulheres negras contra a opressão interseccional de gênero, raça e classe no contexto da luta de classes? A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. O ensaio apresenta a interseccionalidade, a resistência e a libertação, que compõem o feminismo negro e contribuem para que se compreenda a condição de opressão vivenciada pelas mulheres negras, sua luta contra essa opressão e sua consequente libertação desta. O ensaio contém: introdução; ideias básicas do materialismo histórico-crítico no contexto da resistência à opressão; feminismos, opressões e resistências; interseccionalidade da opressão de gêneros, raças e classe, e considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência. Opressão. Interseccionalidade. Libertação. Feminismo negro.

ABSTRACT: Drawing on the epistemological bases of the black feminist thought, this essay aims to bring into focus the resistance of black women to oppressions. It addresses the following question: How have critical class consciousness, gender identity, ethno-racial belonging characterized the resistance of black women against the intersectional oppression of gender, race and class in the context of class struggle? The methodology used was review of literature. The essay presents the intersectionality, resistance and liberation that make up black feminism and contribute to understanding the oppression condition experienced by black women, their struggle against this oppression and its consequent liberation from it. The essay contains: introduction; basic notions of historical-critical materialism in the context of resistance to oppression; feminisms, oppression and resistance; intersectionality of the oppression of genders, races and class; and final remarks.

KEYWORDS: Resistance. Oppression. Intersectionality. Liberation. Black feminism.

¹ Mestra da Faculdade de Educação (FAED) do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Adjunto 2. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Adolescência, juventude e fatores de vulnerabilidades e proteção/UFPA. Estudante do Doutorado em Educação do PPGED/ICED. ORCID: 0000-0002-3836-5764. E-mail: moraeseunicelea(AT)gmail.com, eunicelea(AT)ufpa.br.

1 Introdução

O presente estudo apresenta como marco histórico-crítico as lutas e resistências de grupos oprimidos contra a dominação e a opressão do modo de produção capitalista, em especial das mulheres negras. Nesse sentido, Gonzalez e Hasenbalg, no livro “Lugar do Negro” (1982), já refletiam sobre a realidade de exclusão das mulheres, principalmente das negras e indígenas na sociedade brasileira, evidenciando as diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado e criticando o feminismo hegemônico, branco, eurocêntrico¹, representante de um modelo elitista de mulheres com poder econômico referenciado na perspectiva de uma igualdade masculina, sem indagações a respeito da estruturação das relações sociais desiguais.

Dessa forma, as mulheres negras vêm denunciando as discriminações e as opressões, ao mesmo tempo que propõem uma outra construção do pensamento feminista e da política feminista, contra uma epistemologia feminista fundamentada pelo eurocentrismo das ciências sociais. Nesse sentido, o pensamento feminista negro, assim como, o movimento de mulheres negras, ao longo de suas histórias vem tornando-se um tema de grande projeção no âmbito internacional e nacional, relacionado as suas especificidades teóricas e as lutas como instrumento de resistência a opressão.

A história das mulheres negras e de suas formas de resistência as múltiplas opressões vem sendo construída a partir de aprendizados e lutas contra a dominação e a exploração de um sistema colonial escravista, patriarcal e patrimonialista repassado de geração a geração. Consequentemente, a formação de consciência de classe, de gênero e de raça tem constituído o caminhar dessas mulheres em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

De forma específica, a concepção de opressão desenvolvida neste ensaio traz, como base epistemológica, o pensamento do feminismo negro alicerçado no paradigma interpretativo da interseccionalidade da opressão, que relaciona racismo, sexismo, exploração

¹ Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 126).

de classe e outras formas de discriminação, oriundas das relações de poder baseadas na diversidade de pessoas e as consequentes diferenças entre elas.

Tal concepção assenta-se nas relações sociais de produção que estruturam as sociedades divididas em classes antagônicas e que constituem a centralidade do pensamento marxiano, “que diz respeito à análise das relações sociais de produção que caracterizam a estrutura material da sociedade capitalista [...]” (MASSON; FLACH, 2018, p. 2), abordagem essa que assinala a forma como a sociedade se organiza.

Dessa maneira, assumindo como referência as bases epistemológicas do pensamento feminista negro, este ensaio se propõe a refletir acerca da resistência das mulheres negras a interseccionalidade das opressões de gênero, raça e classe, a partir da seguinte problematização: como a formação da consciência crítica de classe, a identidade de gênero e o pertencimento etnicorracial têm constituído a resistência das mulheres negras contra a interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe?

A fim de responder a esse questionamento, utilizou-se, como metodologia, a revisão bibliográfica sobre a interseccionalidade das opressões trazida pelo pensamento do feminismo negro na perspectiva do marxismo, levando em consideração o contexto histórico político e econômico da sociedade capitalista, pois, é nela que as opressões se concretizam. Assim, a contradição, a totalidade, a mediação e a hegemonia, categorias analíticas do materialismo histórico-dialético, contribuem com a compreensão da epistemologia do pensamento do feminismo negro.

Como resultados reflexivos, concluiu-se que é fundamental entender a totalidade e as contradições do fenômeno da opressão, no âmbito das relações sociais de poder da classe hegemônica dominante, para compreender a resistência das mulheres negras contra a condição opressora e a luta por justiça social, mediado pelo contexto das experiências e dos saberes dessas mulheres negras oprimidas.

O ensaio contém: introdução; ideias básicas do materialismo histórico-crítico no contexto da resistência à opressão; feminismos, opressões e resistências; interseccionalidade da opressão de gênero, raça e classe e; considerações finais.

2 Pressupostos teóricos

2.1 Ideias básicas do materialismo histórico-crítico no contexto da resistência à opressão

As ideias de Marx, teórico da ciência e da filosofia, originam outro modo de se confrontar a relação entre as ideias e a ação ou prática social, uma vez que o autor parte de uma abordagem ontológica do conhecimento da realidade: “Totalmente ao contrário dos pensadores modernos, seu pensamento não se instaura como gnosiologia, mas como uma ontologia. Isto porque ele compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração do ser social” (TONET, 2013, p. 70). Em sua teorização, a centralidade é o ser social e suas relações, apreendendo-a em sua diversidade e em suas relações, buscando estabelecer uma relação dialética de identidade, de negação e de superação entre trabalho e produção.

Consecutivamente, os estudos desenvolvidos por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), que investigaram a realidade do mundo material e do mundo humano na totalidade histórica, tornaram-se importantes para compreender a relação entre a natureza e o homem, e para evidenciar a unidade entre o real e o conhecimento, entre as ciências físico-químicas e as ciências sociais. Assim, o ponto central da teoria marxista é a análise da realidade em sua totalidade, abrangendo sua diversidade e suas relações em busca de estabelecer uma relação dialética de identidade, de negação e de superação entre trabalho e produção.

A questão central de Marx diz respeito à análise das relações sociais de produção que caracterizam a estrutura material da sociedade capitalista, ou seja, como os homens se organizam para produzir a sua existência, na forma capitalista de sociabilidade. A apreensão dessas relações, de acordo com a concepção marxiana, possibilita compreender a gênese do ser social, nessa fase histórica e, ainda, explicitar a função social do conhecimento. (MASSON, 2018, p. 2)

Assim sendo, o marxismo contribui para desvelar a realidade na busca de apreendê-la, observando suas contradições e relações, assentadas no processo histórico, capturando as categorias mediadoras que permitem a sua apreensão, em uma totalidade. De acordo com Severino (2016), o paradigma dialético marxista “é uma epistemologia que se baseia em alguns pressupostos que são considerados pertinentes à condição humana e às condutas dos homens”

(SEVERINO, 2016, p. 122). Tais pressupostos, conforme Severino (2016, p. 123) – são a Totalidade, a Historicidade, a Complexidade, a Dialécticidade, a Praxidade, a Cientificidade e a Concentricidade. Eles se constituem construtos sócio-históricos de interação da teoria com a prática, na direção da transformação social.

Dessa forma, a dialética marxista, por ser essencialmente crítica, possibilita a percepção da unidade na diversidade, ou seja, concebe a totalidade como expressão do particular e do geral, que permite à humanidade sistematizar um acervo demandado sobre as possibilidades de conhecer a realidade natural e social.

Para Löwy (1998), Marx traria, nas onze Teses de Feuerbach de 1845, a causa inicial para uma nova concepção de mundo, que seria o materialismo histórico, dialético, filosofia da práxis, dialética revolucionária: “A coincidência entre a modificação das circunstâncias e a automodificação só pode ser entendida racionalmente como práxis revolucionária” (LÖWY, 1998, p. 23). Apesar do conceito de práxis ter origens no pensamento de Aristóteles, portanto anterior à Marx, porém é via o pensamento da filosofia marxista que o conceito aprofunda-se, tornando –se o elemento central do materialismo histórico².

O materialismo dialético é considerado como a base filosófica marxista. Essa junção do materialismo com a dialética sustenta que o material e o ideal são opostos, porém estão dentro de uma unidade, em que o material é a base, conforme explicitado por Augusto Triviños (1987): [...]. Neste sentido, o materialismo dialético não é só uma dimensão ontológica, mas também gnosiológica, já que estuda o conhecimento e a teoria do conhecimento como expressões históricas”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 53). De igual modo, procura as explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos naturais da sociedade e do pensamento social.

Nesse contexto teórico, entende-se que os fenômenos sociais estão dentro de uma materialidade objetiva e subjetiva, portanto, “a construção do conhecimento histórico implica o esforço de *abstração e teorização* do movimento dialético (conflitante, contraditório, mediado) da realidade”. (FRIGOTO, 1996, p. 17). Além disso, implica conceber a realidade social como espaço de luta de classes, em razão da sua divisão em classes, portanto, não é

² O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

homogênea, apesar do esforço da classe dominante, a contradição se faz presente porque as relações de classes acontecem num processo dialético de oposição e subordinação, na totalidade histórica e social da estruturação capitalista.

Dessa forma, as categorias da totalidade, da contradição, da mediação e da hegemonia estão mutuamente conectadas em suas explicações e exposições. A totalidade é concreta e contraditória, demandando uma rede de mediações que articulam o movimento histórico de homens e mulheres reais, na sociedade do modo de produção capitalista.

De acordo com Luiz Felipe Miguel (2018), “[...] a dominação na sociedade está em permanente disputa – a hegemonia é sempre confrontada por estratégias contra – hegemônicas de grupos dominados, que buscam inverter a situação”. (MIGUEL, 2018, p. 23), impedindo o consentimento da coletividade às estratégias hegemônicas de poder da classe dominante. Assim, essa disputa induz a que, “a hegemonia apresente um caráter muito mais dinâmico que a legitimidade weberiana: ela precisa ser reconstruída a cada momento, diante dos desafios postos pelo conflito social”. (MIGUEL, 2018, p. 23-24). Outrossim, torna-se importante compreender que a consciência crítica, ao determinar a relação do homem e da mulher com o mundo, estabelece sua autonomia e a contra hegemonia do poder.

A concepção de hegemonia, portanto, torna-se importante para a compreensão do processo interseccional da opressão do feminismo negro nas sociedades organizadas em classes, nas quais há uma vinculação entre a dominação e a organização da resistência no contexto das relações sociais de produção entre capital e trabalho.

Dessa maneira, o antagonismo de classe (dominante e dominada) e de lutas de classe – que condena a maior parte da humanidade a trabalhos de natureza pesada e com pouco usufruto de seu trabalho, e que tem se desenvolvido historicamente, sustentando privilégios de uma minoria, dona do capital, e explorando a classe dominada, obrigada a trabalhar por sua subsistência – explica racionalmente a dominação e a subalternização de classes.

Os domínios estrutural e disciplinar do poder operam por meio de políticas sociais que tocam todo o sistema e são gerenciadas sobretudo pela burocracia. Em contraste, o domínio hegemônico do poder visa justificar práticas exercidas nesses domínios de poder. Ao manipular a ideologia e a cultura, o domínio hegemônico atua como um elo entre as instituições sociais (domínio estrutural), suas práticas organizacionais (o domínio disciplinar) e a interação social cotidiana (domínio interpessoal). (COLLINS, 2019, p. 447-448)

De tal modo, para o feminismo negro, o domínio do poder hegemônico encontra-se na tríade -ideologia, cultura e consciência-, que se torna importante no atendimento dos interesses dos sistemas dominadores. A vista disso, Collins (2019), intelectual afro-norte-americana, observa que, historicamente, as mulheres negras sempre praticaram atos de resistência contra hegemônicos, organizados coletivamente ou de forma anônima, que se contrapunham ao poder dominador, que as fazia calar. Para a autora, aparentemente havia um comportamento conformado às prescrições dominadoras, entretanto, por detrás desse comportamento, havia também atos de rebeldia contra a dominação racial.

Assim, “Quando combinados, esses atos individuais de resistência sugerem que as mulheres negras tem uma consciência coletiva específica...O silêncio não deve ser interpretado como submissão a essa consciência coletiva e autodefendida das mulheres negras”. (COLLINS, 2019, p. 18). Essa consciência muitas vezes é a única forma possível de liberdade no contexto opressor racista e dominador.

Para Lélia Gonzalez (1979), militante negra brasileira, esse processo histórico do racismo, insere-se em uma construção ideológica com práticas discriminatórias, perpetuadas e interiorizadas pelos sujeitos que reproduzem, no âmbito da consciência e do comportamento, essa ideologia: “No Brasil, o racismo – enquanto construção ideológica e conjunto de práticas – passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses” (GONZALEZ, 1979, 2018, p. 64). A ideia de hegemonia complementa o sentido para a compreensão dos atos de resistência praticados pelas mulheres negras contra o poder hegemônico masculino branco.

2.2 Feminismos, opressões e resistências

Na perspectiva histórica de lutas³ entre classes e concepções de mundo adversas, inseridas no contexto da organização social de dominação capitalista, onde o Estado materializa os interesses hegemônicos e as relações de poder desiguais, vale ressaltar a historiografia de

³ O termo “luta” nos diz de um bom afeto, de algo que nos anima, inspira e instiga. Luta é a ação do desejo que nos politiza. Luta é o nome próprio da ação política, ela mesma uma ação poética, no sentido de criação de uma obra. Ao mesmo tempo, o termo luta está no mundo da vida. Feministas são seres em luta, sendo ou não mulheres, já que a diversidade do termo feminismo não pode depender da unidade do conceito de “mulher” em sentido natural. Ele mesmo-sempre é bom lembrar – é um termo criado pelo patriarcado que é preciso desconstruir (TIBURICI, 2018, p. 53).

resistências e conquistas da população negra, desde a escravidão, especialmente das mulheres negras que lutam pela libertação de todos e todas. “Foram essas mulheres que passaram para suas descendentes [...]um legado de [...]perseverança e auto resiliência[...]de tenacidade, resistência e insistência[...] que fala das bases de uma nova natureza feminina”. (DAVIS, 2013, p. 29). Esses movimentos pioneiros passam a chamar atenção para a necessidade de superar a compreensão das opressões a partir de estruturas excludentes.

Esse processo demonstra a crítica fundamental das mulheres negras tanto em relação a um feminismo incapaz de perceber a dimensão racial imbricadas nas opressões de gênero, quanto em relação a um movimento de homens negros que, igualmente, não enxerga a dimensão de gênero na conformação das dominações raciais, ou de ambas nas opressões de classe.

Abdias do Nascimento (2002, p. 317) reforça:

A resistência e a autodefesa do povo afro-brasileiro contra as agressões à sua pessoa física e moral, antes de significar um direito inalienável a ser exercido em toda a sua plenitude, é uma responsabilidade que devemos assumir sob o risco de quaisquer sacrifícios. [...] A repressão individual a mim ou a qualquer outro negro ou mulher negra pode retardar, mas não deter, a marcha coletiva atual dos afro-brasileiros rumo à conquista dos seus direitos à liberdade, dignidade, identidade, honra e segurança e bem-estar.

Tal resistência é assentada nas experiências e nas lutas das mulheres negras, que enfrentam os processos histórico-críticos de crise socioeconômica, de conflitos raciais, de injustiças sociais em defesa do direito de existir, o qual se institui e amplia-se contra a exploração e a subalternização das relações sociais de produção, de sistemas com funcionalidade das sociedades hierarquizadas em classes.

A formação da consciência crítica de classe, a identidade de gênero e o pertencimento etnicorracial têm constituído o processo de resistência das organizações das mulheres negras contra a dominação e a exploração situadas no enfoque de sistemas escravista, patriarcal e patrimonialista. Nessa perspectiva, o pensamento feminista negro, portanto, contribui, com seus aportes epistemológicos, para que as mulheres negras possam ter diferentes visões de si mesmas e do seu mundo, para além do que é estabelecido como ordem social hegemônica.

Dessa forma, o feminismo negro da diferença está fundamentado em elementos diferenciadores das trajetórias das mulheres negras e ajuda na formulação e na atuação política

próprias, a fim de se compreender a importância e o alcance da luta pela libertação de todos os sistemas opressores classistas, racistas e sexistas.

Por conseguinte, o feminismo negro enquanto um movimento político de mulheres ativistas, tanto na esfera do debate de gênero quanto na luta antirracista, busca a transformação social a partir da compreensão de que o sexismo, a opressão de classe, a identidade de gênero e o racismo estão interligados.

Para Carneiro (2003, p. 2), a partir desse ponto de vista é possível afirmar que um “feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.” Assim, para compreender a epistemologia do pensamento do feminismo negro na perspectiva histórico-crítica, de maneira a contribuir com processos de emancipação e resistência das organizações de mulheres negras, torna-se necessário ressaltar o processo histórico epistemológico de opressão.

Com a compreensão de que a opressão das mulheres negras está inter-relacionada ao gênero e à classe geradora tanto do racismo, como do sexismo, estruturadores das desigualdades e das discriminações nas sociedades classistas, as mulheres (re)significam o conceito de hegemonia para opor-se e resistirem ao domínio hegemônico do poder da classe dominante.

2.3 Interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe

O debate sobre a intersecção dessas múltiplas dimensões da opressão (raça, gênero e classe) considerada pelas feministas negras como um elemento diferenciador das trajetórias das mulheres e, ao mesmo tempo alicerce do feminismo negro contemporâneo, evidencia que as relações raciais são intrínsecas as relações de gênero, portanto é pouco provável que se possa pensar na superação da dominação racial feminina, sem uma compreensão histórico-crítica da forma como essas relações sociais são determinadas ao longo do tempo e do espaço em que acontecem.

Essa constatação sobre a intersecção de raça, gênero e classe aliada a resistência das mulheres negras trazida pelo feminismo negro, corrobora com a necessidade de

aprofundamento de estudos sobre o processo de dominação contra as mulheres de maneira mais abrangente, para além das teorias de gênero hegemônicas. Essa abordagem é ressaltada na produção intelectual e no ativismo, de Lélia Gonzalez (1979), que articula racismo e sexismo quando trata das questões da mulher – opressões e conexões – dominação e exploração.

No texto *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1980), Gonzáles, acentua aspectos que continuam no debate atual das feministas negras e brancas – opressões de raça, classe e sexo – conexão entre essas três configurações de dominação e exploração que há décadas é denunciada pela esquerda, no seu entender. A autora, trata as opressões de raça, sexo e classe para além da hierarquização. Classe, como determinante fundamental e princípio organizativo. Raça e sexo, como opressões apropriadas pelo sustentáculo do capitalismo.

Para Gonzalez, a discriminação feminina negra acontece na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, gerador de um processo tríplice de discriminação – de raça, de classe e de sexo, que acomete as mulheres negras, assim como o seu lugar na força de trabalho com alto grau de desigualdade. “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão”. (GONZÁLES, 1981,2018, p. 44). Essa perspectiva dialética crítica de Gonzalez, tem sido denunciada pelos movimentos de mulheres negras, em vários estudos, fóruns e manifestações públicas.

Portanto, o pressuposto epistemológico do pensamento feminista negro enquanto interconexão dos sistemas de dominação, remete ao processo histórico do conhecimento produzido sobre a opressão, compreendendo que esse é um termo (opressão) que descreve qualquer “situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade. Raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outras, constituem as principais formas de opressão” (COLLINS, 2019, p. 33), no contexto nacional e internacional.

Assim, mediante a perspectiva das múltiplas opressões que sofrem as mulheres negras e os conhecimentos explicitados no pensamento do feminismo negro em uma ótica científica crítica de validação do conhecimento, oriundos das experiências, dos interesses, dos saberes e das lutas contra a dominação, possibilitou às feministas negras a elaboração de uma estrutura referencial de base epistemológica que interconexa o racismo e o sexismo ao classismo.

Tal referencial permite uma análise da complexa condição opressora da mulher negra, em oposição aos padrões tradicionais das teorias feministas fundamentadas no eurocentrismo, um entendimento crítico sobre essas inter-relações das opressões de classe, raça e gênero geradoras do racismo e do sexismo nas suas diversas dimensões, com vistas à obtenção de uma sociedade democrática com justiça social.

Destaca-se que é a partir desses pressupostos de dominação de sistemas opressores que as mulheres negras, historicamente, caminham em um processo longo de luta e de resistência, pela sua libertação e a de toda população negra e afrodescendente, contra a exploração e a opressão geradoras das discriminações e das desigualdades econômicas, sociais, culturais e raciais que têm se perpetuado. Segundo Bairros (1998, p. 3)⁴, Lélia Gonzalez, ao combater o racismo e o sexismo, fundamentava que a compreensão da questão racial, no Brasil, estava localizada na matriz da cultura brasileira. “Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 1980, 2018, p. 191), como sendo a ideologia do branqueamento a maneira mais eficaz da perpetuação do racismo na América Latina.

Por conseguinte, a intersecção entre o racismo e a opressão de classe e de gênero torna mais complexa as experiências das mulheres negras oprimidas, para além do eurocentrismo da supremacia branca, cruzam outro caminho na direção contrária ao feminismo hegemônico, problematizando a dimensão das hierarquias raciais e a conexão entre raça, gênero e classe.

Assim sendo, é oportuno enfatizar que, para as feministas negras o espaço epistêmico de raça, de classe, de gênero e de sexualidade em que o sujeito mulher encontra-se é refletido, principalmente, em termos da luta de classes que está “indissolúvelmente ligada à luta para acabar com o racismo” (HOOKS, 2015, p. 195-196), as mulheres negras constroem uma trajetória histórica de resistência política, ideológica e prática pedagógica de enfrentamento as discriminações, as desigualdades e aos estereótipos que marcam suas vidas.

⁴ Na sua opinião, a ideologia do branqueamento é a forma ideológica mais eficaz do racismo na América Latina, porque “reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca comprova sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos: o desejo de embranquecer (de ‘limpar o sangue’, como se diz no Brasil), e internalizado com a negação da própria raça, da própria cultura”. Luiza Bairros. Lembrando Lélia Gonzalez. Salvador, abril, 1989. Original escrito para o primeiro número da Revista do CENUN-Ba-Coletivo Estadual de Negros(as) Universitários(as).

Nesse sentido, a partir de estudos feministas (Hirata, 2014), a origem do paradigma da interseccionalidade, remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como *Black Feminism* (cf. Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. Sendo patenteado por Crenshaw em 1989 para identificar tanto a discriminação racial, quanto a discriminação de gênero, de maneira a se compreender mais profundamente como tais discriminações operam juntas, impondo limitações às possibilidades de êxito das mulheres negras – torna-se estratégico para debater a intersecção da opressão de gênero, de classe e de raça.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)⁵

Dessa forma, na perspectiva do pensamento do feminismo negro, o conceito de interseccionalidade ajuda no entendimento de como a articulação das diferentes categorias sociais (gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, corpo, geração, entre outras) se inter-relacionam, estruturando a vida dos sujeitos sociais, em especial das mulheres, evidenciando a subalternização, a opressão, a discriminação, a desigualdade e a injustiça social.

Destarte, o pensamento do feminismo negro pressupõe uma disputa do poder contra hegemônico no enfrentamento dos poderes hegemônicos exploradores, dominadores e opressores, protagonizado no processo de luta e resistência das organizações de mulheres negras.

⁵ Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), publicado pela Revista Estudos Feministas, nº1, 2002, sob a coordenação de Luiza Bairros, da Universidade Católica de Salvador.

3 Metodologia

O Quadro 1, a seguir, explicita: (i) o conceito de Interseccionalidade, cunhado por Crenshaw em 1989, destacando de que forma, como categoria analítica, seu uso permite a compreensão de quão arraigadas, cultural e historicamente, são as opressões vivenciadas pelas mulheres negras; e (ii) o feminismo negro da diferença como elemento de análise da realidade das múltiplas opressões sofridas pelas mulheres negras e sua consequente luta para se libertar desse sistema opressor.

Quadro 1. Elaboração de conceitos a partir de exemplos retirados do corpus de estudo.

Exemplo	Conceito
A interseccionalidade, conceito utilizado pelo movimento de mulheres negra e patentado por Kimberlé Crenshaw em 1989, é um paradigma desenvolvido no âmbito do pensamento feminista negro para identificar as múltiplas opressões.	Permite compreender com maior profundidade como as discriminações operam juntas, impondo limitações às possibilidades de êxito das mulheres negras. Na perspectiva do pensamento feminista negro, torna-se estratégico para debater a intersecção da opressão de gênero, de raça e de classe.
O feminismo negro da diferença está fundamentado em elementos diferenciadores das trajetórias das mulheres negras.	Ajuda na formulação e na atuação política própria, para compreender a importância e o alcance da luta pela libertação relativa a todos os sistemas opressores – classistas, racistas e sexistas.

Fonte: elaborado pela autora.

4 Considerações finais

A ampliação das formas de organização dos movimentos negros e feministas, em especial das mulheres negras, tem fortalecido as lutas e a resistência no enfrentamento ao racismo e ao sexismo. No Brasil, o movimento feminista, começa a partir da década de 1970, voltando a atenção para as “discussões de raça e classe, buscando romper uma zona de conforto que o ativismo feminista branco cultivava, especialmente aquele que limitava sua ótica aos problemas das mulheres de boa condição financeira e acesso à educação”⁶, revisitando as questões de gênero que estavam sendo tratadas na Europa e nos Estados Unidos.

⁶ Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria. Mulher Negra, 14/07/2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>. Acesso em: 22 jun. 2018.

As leituras realizadas no âmbito do pensamento feminista negro forneceram subsídios teórico-epistemológicos sobre os processos histórico-críticos da interseccionalidade das dimensões da opressão e da resistência na perspectiva racial, de gênero e de classe, e, também, de como as relações sociais de poder consolidam as desigualdades e as discriminações que separam as mulheres, especialmente as negras, dos diversos níveis de poder econômico, político, cultural e ideológico, evidenciando relações sexistas e racistas, respondendo a questão norteadora do ensaio.

Dessa forma, os estudos teóricos e as práticas sociais do feminismo negro, protagonizado pelas mulheres negras, têm propiciado ao feminismo contemporâneo não só visibilidade quanto às subjetividades das diferenças do ser social mulher negra, na constituição de sua identidade e de seu pertencimento etnicorracial como sujeito social coletivo, mas também a desconstrução da colonialidade dos seus corpos e de suas mentes a fim de alcançar a liberdade de sua condição de oprimida.

Entretanto, apesar da trajetória histórica de luta e de resistência em todos os processos libertadores que constituem a luta das mulheres e do feminismo, há uma lacuna na articulação e na visibilidade da importância do papel das mulheres negras na elaboração de uma epistemologia do conhecimento feminista.

Dessa forma, conclui-se que a resistência se fará presente em qualquer tempo em que as liberdades sejam oprimidas. “Neste sentido, o principal desafio a ser enfrentado no ativismo é responder plenamente as necessidades do movimento e fazer isso de modo que a luz que se pretende alcançar sobre o presente possa ao mesmo tempo iluminar o futuro” (DAVIS, 2017). Portanto, é fundamental entender a totalidade e as contradições do fenômeno da opressão, no âmbito das relações sociais de poder da classe hegemônica dominante, para compreender a resistência das mulheres negras contra a condição opressora e a luta por justiça social, mediado pelo contexto das experiências e dos saberes dessas mulheres negras oprimidas.

Referências

BAIROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez**. Salvador, abril, 1989. Original escrito para o primeiro número da Revista do CENUN-Ba-Coletivo Estadual de Negros(as) Universitários(as).

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 06 mar. 2003. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 10 jul. 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. Trad. de Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Tradução de Liane Schneider. Revisão de Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe**. Tradução livre. Plataforma Gueto, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GELEDES. Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria. **Mulher Negra**, 14 jul. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>. Acesso em: 22 jun. 2018.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Dados**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 16, p. 193-210, abr. 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1988.

MASSON, Gisele; FLACH, Simone. O materialismo histórico-dialético nas pesquisas em Políticas Educacionais. **Revista de estudos teóricos y epistemológicos em política educativa**, v. 3, p. 1-15, 2018. Disponível em: www.revista2.uepg.br. Acesso em: 10 jun. 2017. Doi: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.3.011>.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Dominação e resistência**: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. Salvador: EDUFBA, 2002.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SILVEIRA, Viviane. **Glossário**. Diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2010.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1883.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS **Lélia Gonzalez**: primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

Recebido em: 29.09.2019

Aprovado em: 25.05.2020